



**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO



NÚCLEO  
SOCIOAMBIENTAL  
TJMA sustentável

# Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável

2020

**Relatório de Desempenho do  
Plano de Logística Sustentável  
2020**

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

## **PRESIDENTE**

Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

## **VICE-PRESIDENTE**

Desembargador Jaime Ferreira de Araujo

## **CORREGEDOR-GERAL**

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

## **PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL**

Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf

## **NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Jaciara Pinto Silva

Luciana Fabíola Carvalho Pereira

Roseline Costa de Araujo

Talitha Pamella de Carvalho Magalhães

## **CONTEÚDO**

Diretoria Administrativa (DA)

Coordenadoria de Apoio Administrativo (CAA)

Divisão de Transportes (DIVTRANS)

Coordenadoria de Material e Patrimônio (CMEP)

Divisão de Administração de Material (DAM)

Diretoria de Engenharia (DENG)

Diretoria de Informática e Automação (DIA)

Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos (CME)

Diretoria de Recursos Humanos (DRH)

Coordenadoria de Serviço Médico, Odontológico e Psicossocial (CSMOP)

Divisão Médica (DM)

Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar (DSI)

Diretoria Financeira (DF)

## **PROJETO GRÁFICO**

Tiago Erre (Asscom)

# COMPETÊNCIAS DO NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

CAPACITAÇÃO  
DE SERVIDORES  
E MAGISTRADOS  
NA ÁREA  
SOCIOAMBIENTAL

RACIONALIZAÇÃO  
DO USO DOS BENS  
NATURAIS E DE  
CONSUMO

QUALIDADE  
DE VIDA DE  
SERVIDORES E  
MAGISTRADOS

IMPLANTAÇÃO E  
IMPLEMENTAÇÃO  
DAS COMPRAS E  
CONTRATAÇÕES  
SUSTENTÁVEIS

REDUÇÃO  
DOS GASTOS  
PÚBLICOS

DESCARTE  
ADEQUADO DE  
RESÍDUOS



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	06
2 RESULTADOS E SÉRIE HISTÓRICA 2016 A 2020 .....	08
2.1 Copos descartáveis .....	09
2.2 Água envasada em embalagem plástica .....	10
2.3 Papel A4 .....	11
2.4 Impressão .....	12
2.5 Telefonia .....	14
2.6 Energia elétrica .....	15
2.7 Água e esgoto .....	16
2.8 Reformas .....	17
2.9 Gestão de resíduos .....	18
2.10 Limpeza .....	20
2.11 Vigilância .....	21
2.12 Combustível e Veículos .....	22
2.13 Qualidade de vida .....	24
2.14 Capacitação socioambiental .....	26
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27



# 1. INTRODUÇÃO

## 1 INTRODUÇÃO

O Núcleo de Gestão Socioambiental foi instituído pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), de acordo com a Resolução nº 50/2016 e Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As atividades do Núcleo buscam articular, potencializar e implantar iniciativas voltadas para a sustentabilidade no Judiciário maranhense, em parceria com setores estratégicos, como Diretorias de Recursos Humanos, Administrativa, Financeira, Engenharia e Informática. As ações são norteadas pelo Plano de Logística Sustentável (PLS), que tem como presidente da Comissão Gestora, o desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf.

O PLS - TJMA - 2016 foi o primeiro documento elaborado pela Comissão Gestora do PLS, em resposta à Resolução 201/2015, do CNJ, que orienta a criação de unidades ou núcleos socioambientais e estabelece suas competências. Cabe observar, porém, que anteriormente à instituição do PLS, na ocasião de sua elaboração, ainda não havia uma unidade estruturada e com dedicação exclusiva às questões socioambientais, tendo sido posteriormente criado o Núcleo.

Por outro lado, o PLS - TJMA - 2016 motivou a implementação de diversas ações estabelecidas pelos eixos temáticos: uso eficiente de insumos e materiais, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação e compras e contratações sustentáveis.

Isto posto, diante da impossibilidade de cumprimento integral das metas previstas no PLS vigente, fez-se necessário a readequação das metas e indicadores, cujo processo de revisão, que já se encontra na fase final, tem sido construído de forma participativa entre representantes dos setores estratégicos, Núcleo Socioambiental e Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização (Planejamento Estratégico).

O presente relatório objetiva apresentar o desempenho do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) em 2020, um ano que foi impactado pela pandemia e por transformações, desafios e adaptações em todas as esferas da vida cotidiana.

A pandemia do novo coronavírus provocou mudanças de perspectivas, atitudes e posturas, principalmente na prática de atividades antes realizadas quase inteiramente presencial.

Assim, o momento excepcional permitiu alterações nas ações e metas previstas, no sentido de se adaptar à nova realidade para ter o melhor resultado possível. Algumas ações não puderam ser realizadas ou tiveram de ser reinventadas, utilizando-se principalmente das tecnologias digitais como recurso para mediação das atividades diárias. A exemplo de transmissões online, de reuniões por videoconferência, lives e postagens no Instagram e Youtube.

Entretanto, a despeito do contexto incomum, neste instrumento será focada a análise dos resultados do ano de 2020, comparando a 2019. Os dados de 2016 a 2020 serão representados por meio de gráficos, para melhor visualização das informações.

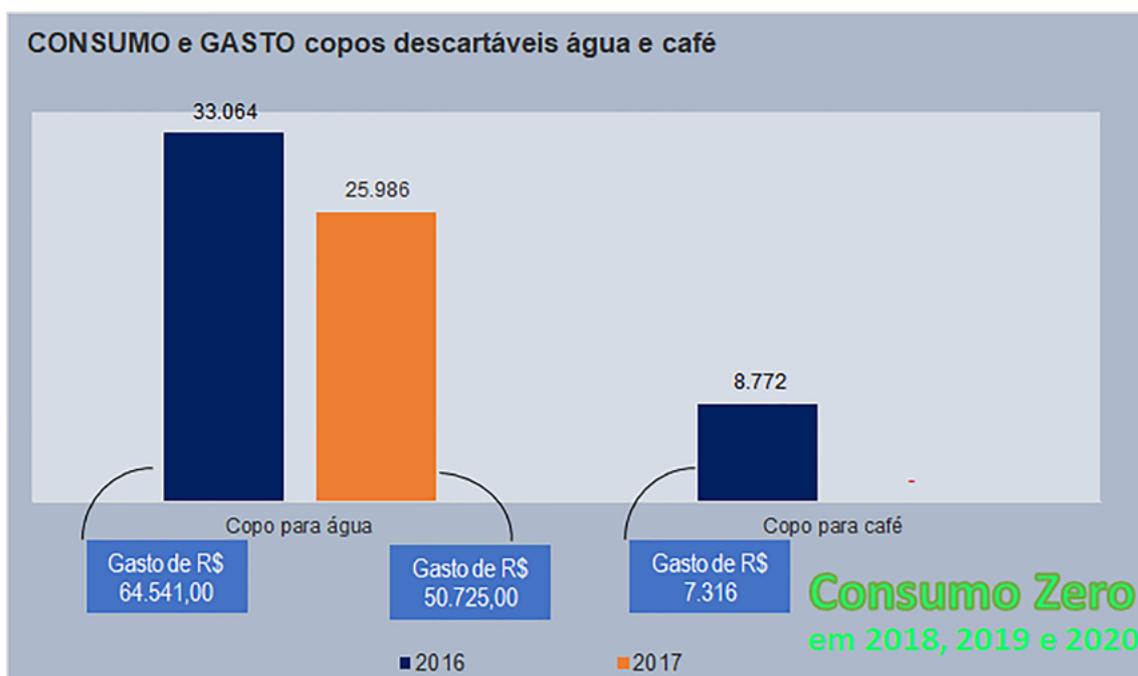
Este relatório utilizou como normativos a Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça e a Portaria GP nº 75/2016, do TJMA, que dispõe sobre a implantação do PLS.



**2. RESULTADOS E  
SÉRIE HISTÓRICA  
2016 A 2020**

## 2.1 Copos descartáveis

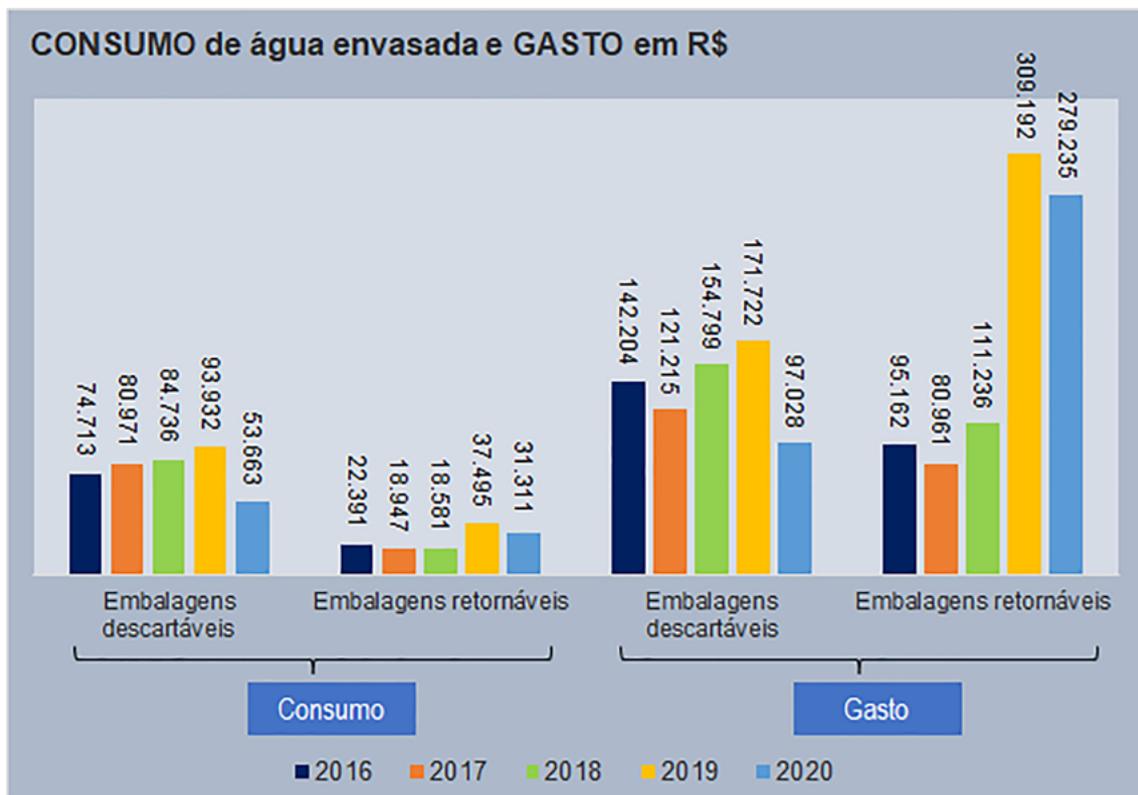
Em julho de 2017, por meio do Ato da Presidência GP-52017, foi proibida a compra de copos descartáveis em todo judiciário maranhense, sendo a compra desses utensílios substituídos pela aquisição de canecas e xícaras de fibra de coco para os servidores e de copos de papel para o público externo. Sendo assim, a meta de redução de copos plásticos foi superada em 2017.



## 2.2 Água envasada em embalagem plástica

Conforme dados do Sistema de Material e Patrimônio (EMAT), enviados pela Divisão de Administração de Material (DAM), a redução de 42,8% no consumo de água em embalagem não retornável, gerou economia de mais de R\$ 74 mil. Já para água em embalagem retornável, houve redução de 16,4%, compreendendo uma queda de quase R\$ 30 mil no consumo.

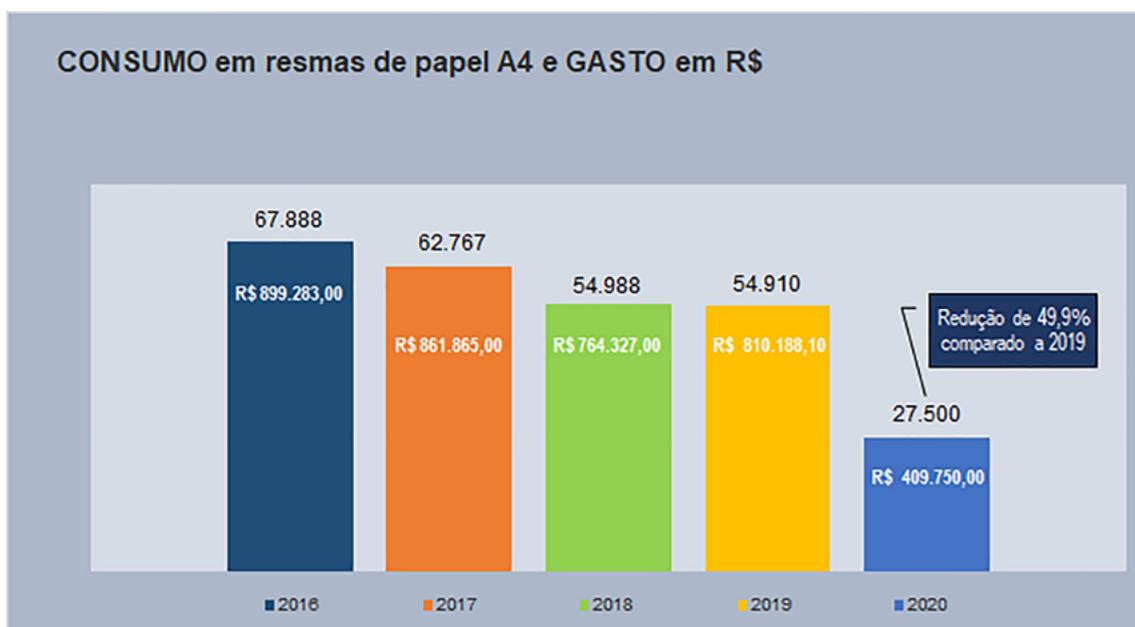
Para o alcance desse resultado, a DAM estimulou o corpo funcional do TJMA para o uso do garrafão de 20 litros ao invés de garrafas de 1,5 litro, visando diminuir a quantidade de resíduos sólidos no meio ambiente, bem como o de gerar economia para o Poder Judiciário, considerando que o custo do litro de água reduz em aproximadamente, R\$ 0,70 com a utilização do garrafão de 20 litros, em comparação ao fardo com 6 unidades de garrafas de água de 1,5 litro.



## 2.3 Papel A4

A partir de dados oriundos do Sistema EMAT, observa-se que durante o ano de 2020 houve redução no consumo de 49,9% de papel A4 em comparação ao de 2019, havendo queda de mais de R\$ 400 mil no gasto, segundo dados da DAM.

Para tanto, foi implantada a certificação do Selo Verde, em que cada setor deveria alcançar a meta de redução de 20% em comparação ao seu consumo de 2019. A medida foi bastante efetiva e, em conjunto, com as ações de sensibilização, proporcionaram o referido resultado. Cita-se ainda que a mudança de rotina com a substituição do trabalho presencial pelo teletrabalho, favoreceu a redução no consumo deste item.



## 2.4 Impressão

Conforme informação da Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos (CME), todo o trabalho de impressão de documentos do Judiciário maranhense é realizado por meio de Contrato que disponibiliza ao TJMA o quantitativo de 1.812 equipamentos de impressão divididos em impressoras monocromáticas, impressoras coloridas, multifuncionais e plotter.

O faturamento do contrato é dividido em duas despesas, a saber: despesa com locação: refere-se à disponibilidade do equipamento independente do seu uso, contabilizado a partir do momento em que a empresa o instala fisicamente na unidade; despesa com bilhetagem: refere-se ao custo com impressão contabilizada por páginas efetivamente impressas.

O contrato foi assinado em maio de 2019 e teve seu processo de implantação compreendido no período de julho/2019 a setembro/2019, quando então todas as impressoras de propriedade desta Corte foram descontinuadas e todas as unidades passaram a contar com impressoras do novo contrato.

Os serviços de impressão corporativa foram contratados com solução de monitoramento e gerenciamento de impressões consistindo no software de monitoramento NDD Print, responsável por monitorar impressões e estado dos equipamentos e o “Portal Gprint”, que oferece serviços de faturamento, abertura de chamados e controle de fornecimento de toner.

No que se refere a redução de impressões, justifica-se pelo cenário de pandemia vivenciado desde o início de 2020, onde diversas rotinas de trabalho antes executados em meio “físico/presencial” foram redesenhadas para o meio “remoto/digital”. O uso de ferramentas como o Sistema Digidoc, PJE, E-mail, videoconferências, certificação digital entre outras garantiram o funcionamento do Judiciário Maranhense em meio ao distanciamento social durante todo este período de pandemia. Assim, como consequência, tivemos menos necessidade de imprimir documentos, refletindo na redução dos números de bilhetagem.

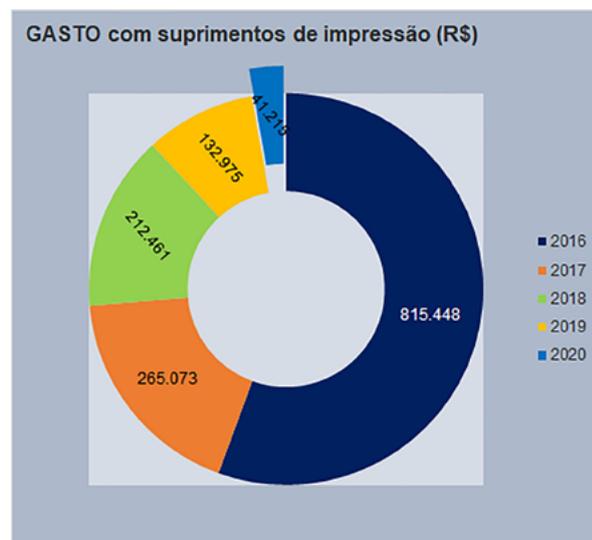
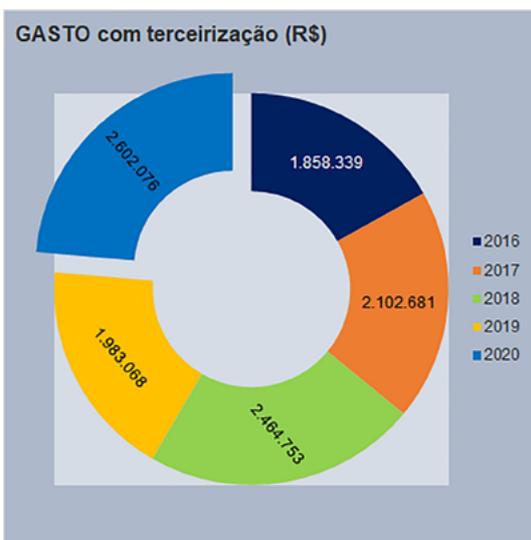
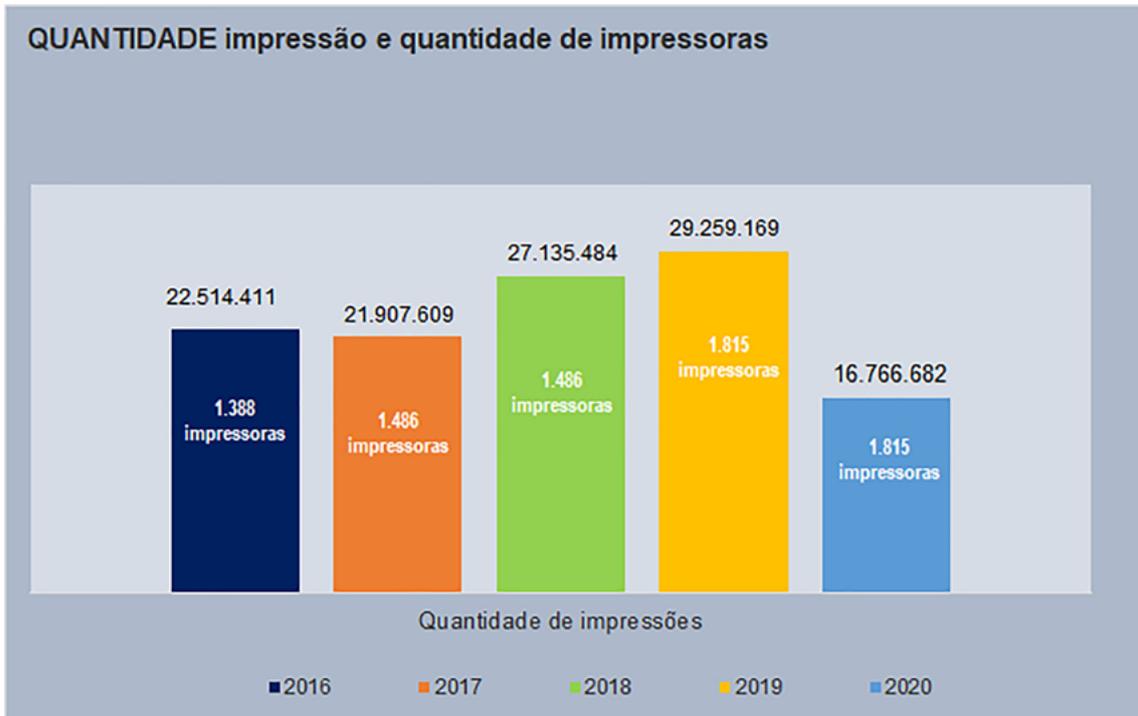
Quanto ao aumento das despesas com contrato de locação, é justificado, principalmente, pela quantidade de ciclos de faturamento. Enquanto 2019 foram 5 (cinco) ciclos, em 2020 foram 12 (doze) ciclos. Isso, porque o contrato passou a ser implantado a partir de julho/2019, sendo seu primeiro ciclo de faturamento iniciado em agosto/2019 e com quantitativo de impressoras ainda reduzido.

Considerando que o contrato possui despesas fixas de locação e que no exercício de 2019 só houve faturamento de agosto a dezembro; e, considerando que no exercício de 2020 houve faturamento integral de janeiro a dezembro, explica-se o aumento da despesa identificada no exercício 2020.

Vale destacar que a empresa contratada possui certificação ISO 14001 Green e participa do programa de coleta de cartuchos Lexmark.

Quanto à despesa com suprimentos de impressão, a DAM informa ainda que o item apresentou redução de 69%, em 2020 em comparação ao ano anterior, bem como redução no gasto no valor de mais de R\$ 90 mil. Tais reduções se

devem a ampliação do programa de outsourcing de impressão da Diretoria de Informática e Automação (DIA). Com isso, houve redução do consumo interno e eliminação de novas compras de suprimentos.

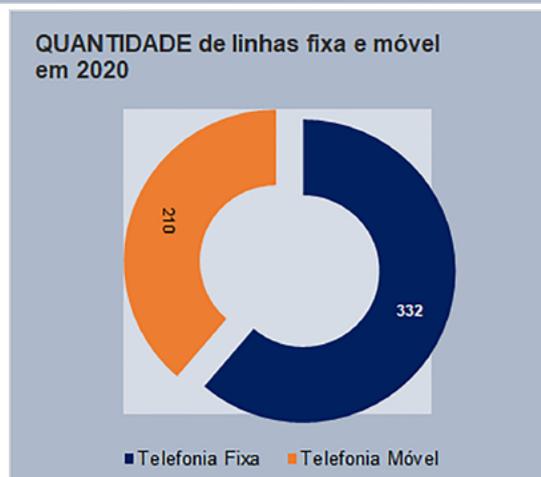
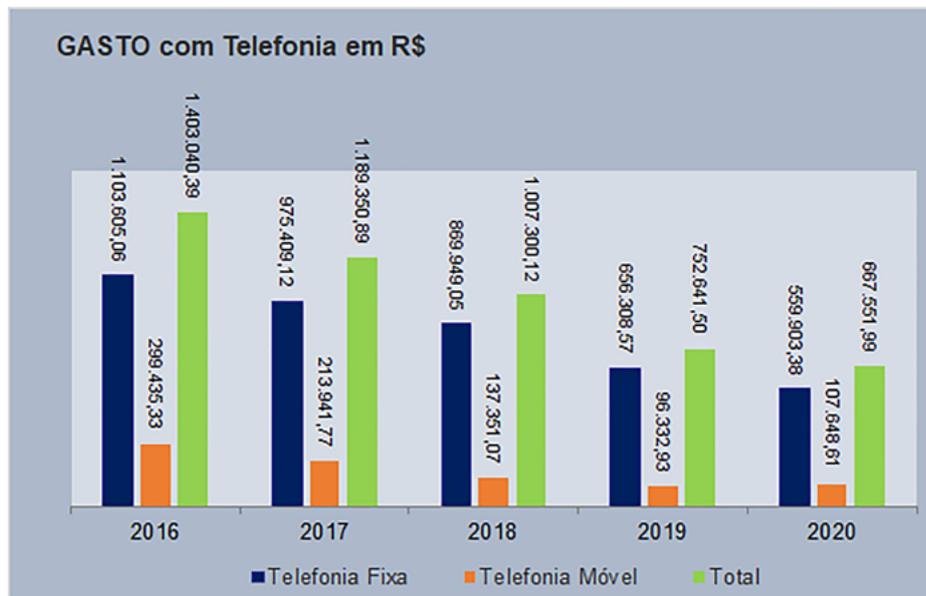


## 2.5 Telefonia

De acordo com informações da Divisão de Análise e Faturas (DAF), o ano de 2020 apresentou redução no gasto dos serviços de telefonia fixa, principalmente, devido à pandemia da Covid-19, onde a maior parte dos serviços, durante o ano, não foram realizados nas instalações física das unidades.

Entretanto, no quesito telefonia Móvel, a Diretoria Administrativa, cita que de janeiro a abril de 2020 houve redução na média de despesa se comparado com o mesmo período de 2019.

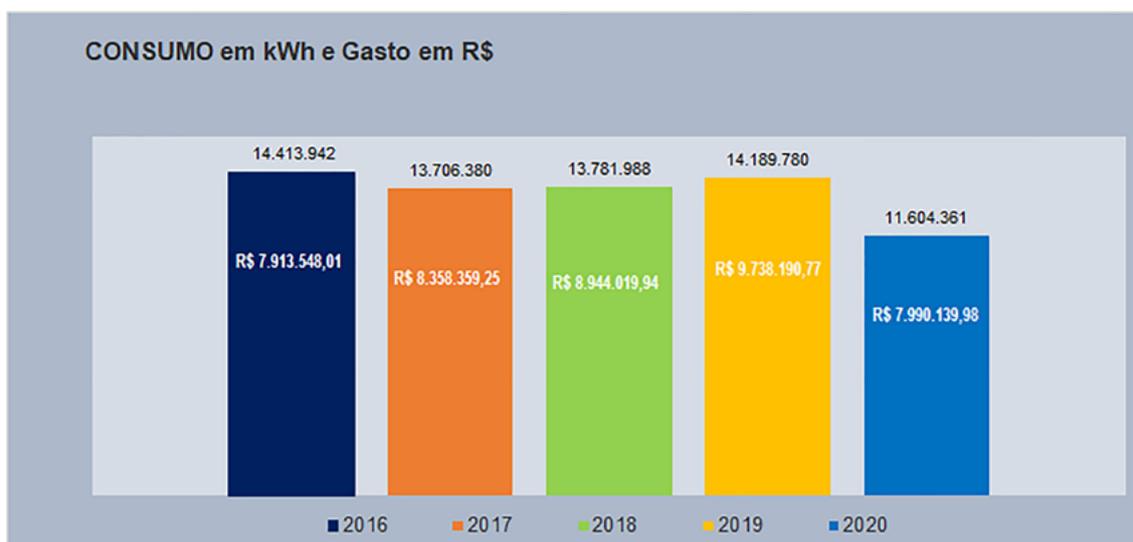
Contudo, a partir de maio, por conta da pandemia do coronavírus, houve um significativo aumento no uso das linhas móveis, vez que o atendimento presencial foi substituído pelo remoto para a maioria dos serviços prestados. Inclusive, foi necessária a ampliação do quantitativo de linhas contratadas, que passou de 187 para 210 linhas, a partir desse mesmo mês, de forma que esses fatos justificam o incremento de 11,7% na despesa com os serviços de telefonia móvel (voz e dados).



## 2.6 Energia elétrica

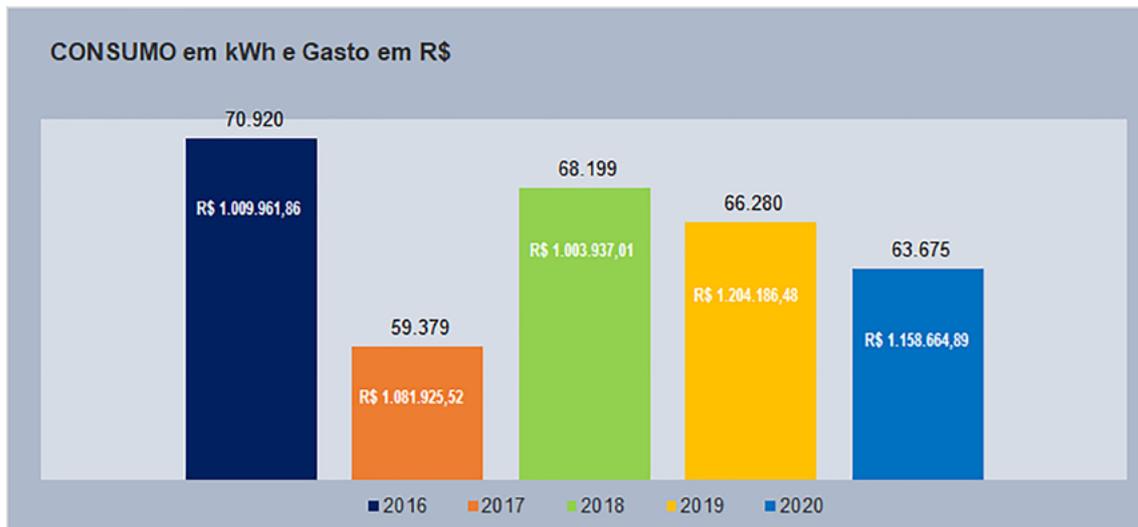
Segundo a Divisão de Análise e Faturas (DAF), os dados são extraídos de faturas recebidas pela Divisão e que os valores de 2020, quando comparados a 2019, apresentaram redução no consumo/gasto dos serviços de energia elétrica, principalmente, devido à pandemia da Covid-19, onde a maior parte dos serviços, durante o ano, não foram realizados nas instalações físicas das unidades.

Como iniciativa do Núcleo Socioambiental, visando sensibilizar o corpo funcional do TJMA, foi lançado o “Prêmio TJMA Sustentável”, tendo como critério para escolha dos homenageados, nas unidades jurisdicionais de 1º Grau, a redução do consumo de energia, a partir da promoção de iniciativas individuais e coletivas de magistrados, servidores e funcionários terceirizados, contribuindo assim, para o fortalecimento da Política Socioambiental do Judiciário Maranhense.



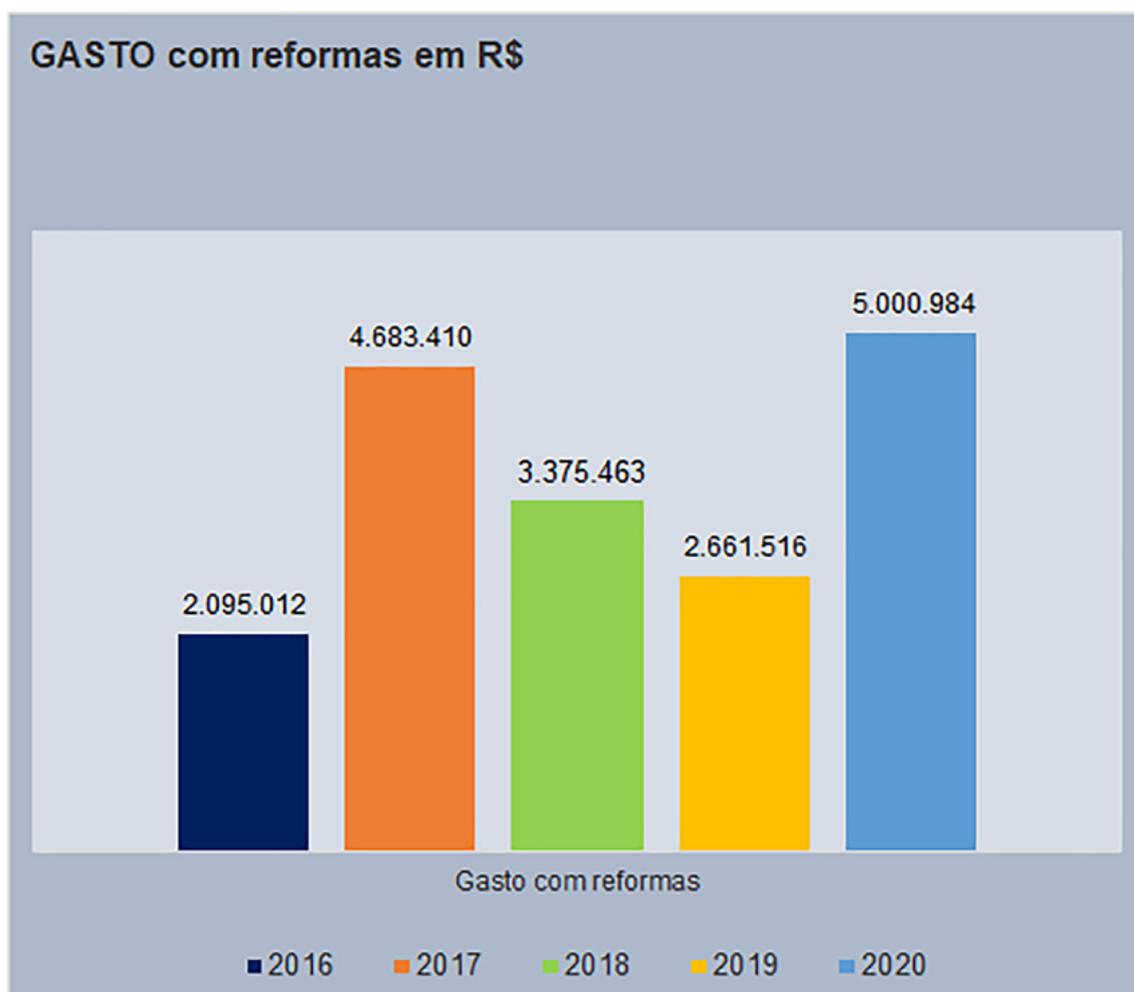
## 2.7 Água e esgoto

Segundo a Divisão de Análise e Faturas (DAF), os dados são extraídos de faturas recebidas pela Divisão e que os valores de 2020, quando comparados a 2019, apresentaram redução no consumo/gasto dos serviços de fornecimento de água, principalmente, devido à pandemia da Covid-19, onde a maior parte dos serviços, durante o ano, não foram realizados nas instalações físicas das unidades.



## 2.8 Reformas

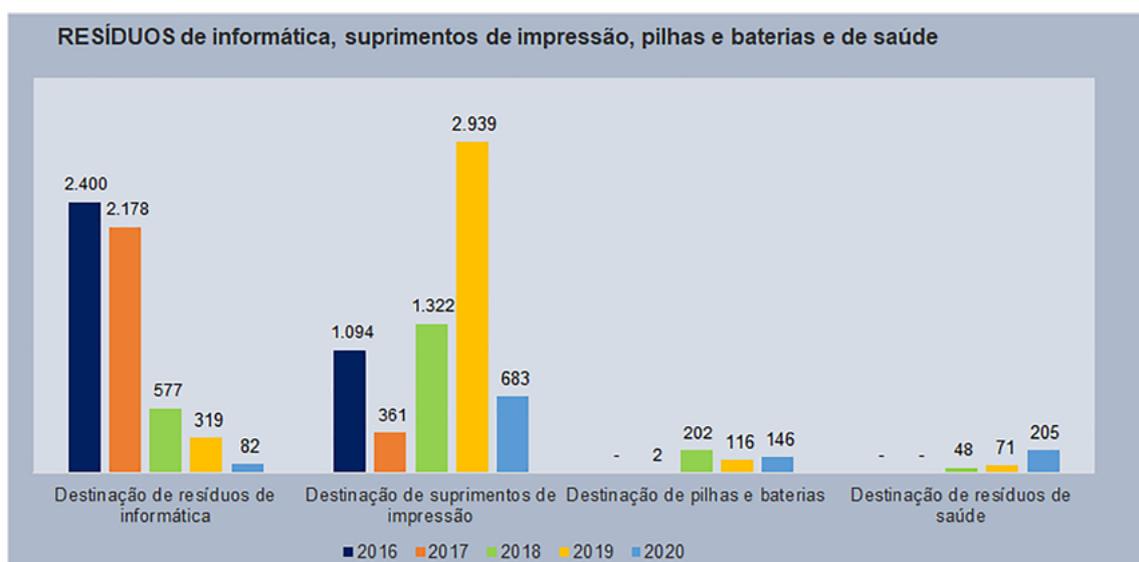
Os gastos com reforma no ano de 2020, em relação a 2019, aumentaram significativamente, em virtude de diversos fatores: dado o elevado número de unidades prediais utilizadas pelo Poder Judiciário do Maranhão; demanda reprimida ter sido muito grande, em especial 2019; limitadas capacidades orçamentárias e operacionais que não permitiram o atendimento a todas as demandas anuais, demonstrando assim que os gastos com reformas e intervenções de maiores relevâncias tem potencial de crescimento; ao longo dos anos, em especial 2020, os custos da construção civil tiveram aumento significativo, o que por si só já gerou aumento nos custos com reformas; e, por último, a redução de gastos com reformas não ser tão simples, como por exemplo, o de atender a demandas imprescindíveis para o funcionamento das unidades jurisdicionais e administrativas, tais como trocas parciais ou totais de telhados comprometidos, modernização de instalações elétricas, lógicas e hidrossanitárias, recuperações estruturais, trocas de pavimentação danificada, entre outros.



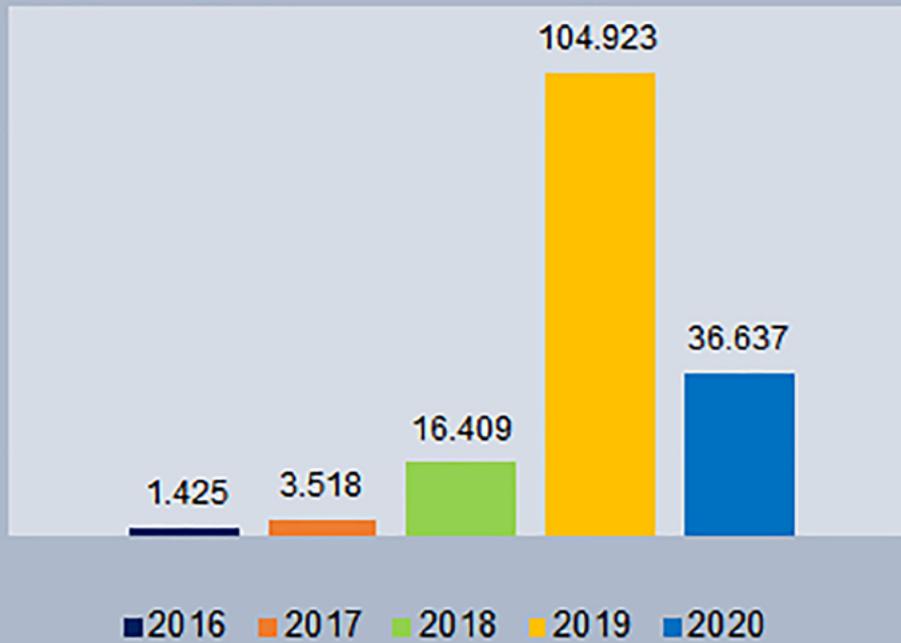
## 2.9 Gestão de resíduos

No que se refere à sustentabilidade, o ano de 2020 foi marcado também pela redução da quantidade de resíduos coletados e, isso se deve ao teletrabalho implementado pelo Poder Judiciário maranhense, desde o mês de março, por conta da pandemia. A diminuição do fluxo de pessoas nos prédios teve como consequência a redução de resíduos gerados. No entanto, como demonstrado no gráfico, os servidores também deixaram de imprimir em seus ambientes de trabalho, refletindo na diminuição do consumo de tonners e da quantidade na destinação destes suprimentos de impressão. No entanto, a geração de resíduos de saúde apresentou aumento, em virtude da ampliação de setores que passaram a informar a quantidade de resíduos destinados a empresa contratada, para a realização do descarte desse tipo de resíduo no TJMA.

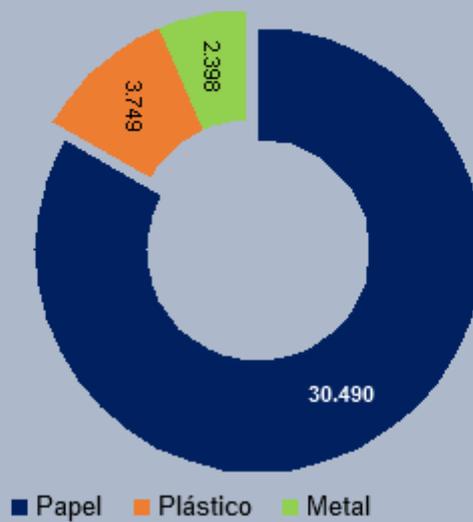
Porém, apesar do distanciamento social, o Tribunal procurou desenvolver ações junto a magistrados, servidores, terceirizados e jurisdicionados, a fim de sensibilizá-los quanto a adequada gestão dos resíduos gerados. Podemos citar como exemplo a Campanha Destralhe, que buscou sensibilizar o corpo funcional quanto ao uso e descarte de forma racional e inteligente dos materiais e bens permanentes, bem como capacitá-los para devolução do que não estiver sendo utilizado pelos setores, além do descarte correto de processos físicos. Ainda nesse ano, o Núcleo Socioambiental, de forma mais ampla, aproveitou as mídias, por meio de videoconferência e realizou a campanha, com a participação de representantes dos 11 polos do Judiciário estadual.



### QUANTIDADE TOTAL de resíduos recicláveis em kg



### QUANTIDADE de resíduos em kg por tipo em 2020

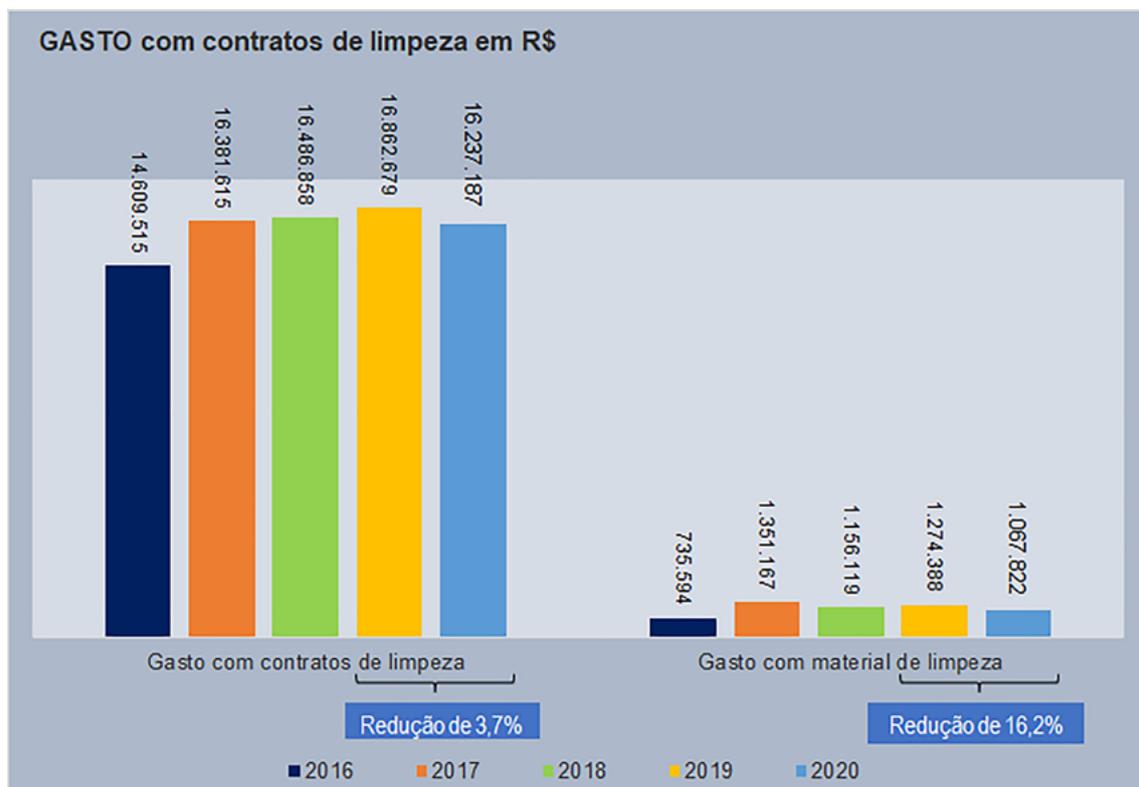


## 2.10 Limpeza

As informações referentes a contrato de limpeza são extraídas das notas fiscais de prestação de serviço, apuradas mensalmente, referente ao Contrato de Trabalho de Prestação de Serviço (CTPS) nº 19/2018, de acordo com a Coordenação de Apoio Administrativo (CAA).

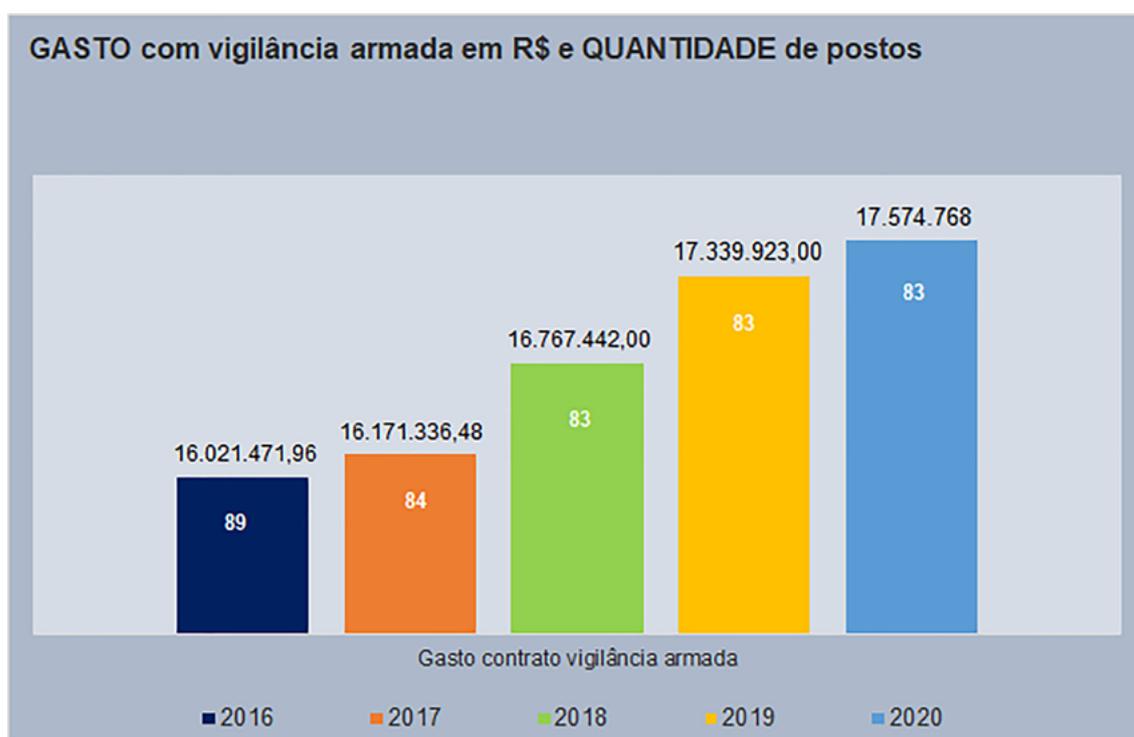
No ano de 2020, em razão da pandemia da Covid-19, os valores cobrados mensalmente sofreram redução em seu valor, em virtude da não cobertura dos postos de trabalho dos terceirizados que foram afastados por estarem enquadrados no grupo de risco de complicações decorrentes do coronavírus, assim como a não cobertura dos postos dos demais terceirizados em gozo de férias regulares ou gozo por antecipação que refletiram na queda do faturamento mensal pago pelo Tribunal de Justiça.

No que se refere a material de limpeza, a DAM informa, a partir de dados extraídos do Sistema EMAT que foi observada redução de 16,2% no consumo deste item, gerando economia mais de R\$ 200 mil, em comparação a 2019. Dentre as medidas para alcançar o objetivo de redução no consumo/gasto, foram feitas trocas das embalagens dos materiais de limpeza, principalmente de desinfetante e sabonete líquido, adquirindo-se produtos com embalagens de 5 litros em substituição aos de 1 litro. Tais ações possibilitaram queda no preço por litro, além de os setores prolongarem o uso dos referidos materiais, evitando o desperdício.



## 2.11 Vigilância

Em conformidade com informações prestadas pela Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar (DSIGM), os dados são controlados por meio do acompanhamento processual/Contrato, contendo termos aditivos e termos de repactuação. Assim, no ano de 2020 houve aumento com a despesa no valor de R\$ 234 mil, correspondendo a 1,3%. Tal crescimento é justificado em virtude de reajustes nas Convenções Coletivas de Trabalho, podendo ser verificadas por meio do 3º, 4º e 5º Termos Aditivos e 3º e 4º Termos de Apostilamento.



## 2.12 Combustível e Veículos

A Divisão de Transporte cita que todos os dados de consumo relacionados à frota do TJMA são oriundos do Sistema Goodmanager/Ticket Log, objeto do contrato para gerenciamento de abastecimento e manutenção de veículos.

Embora a Divisão de Transporte do TJMA tenha iniciado medidas e ações para o alcance das reduções pretendidas, como: otimização de rotas; compartilhamento de uso nas solicitações de itinerários semelhantes; acionamento, sempre que possível, dos veículos que estejam mais próximos do local de origem do deslocamento; renovação parcial da frota com veículos com melhor faixa de consumo/manutenção, aquisição de veículos híbridos, entre outras, a análise da efetividade de tais medidas e ações fica, indubitavelmente, prejudicada haja vista o caráter atípico do ano de 2020, devido a pandemia do novo coronavírus.

Como consequência, o funcionamento da Justiça Estadual foi profundamente alterado com as medidas para contenção da transmissão da Covid-19 contidas nas Resoluções CNJ nº 313 e nº 314/2020, no AtoPresidência GP 62020, nas Portarias-Conjuntas nº14 e nº16, e nas Resoluções GP nº 22 e 25/2020, ocasionando grande redução na utilização dos veículos nos transportes de servidores e cargas no âmbito do judiciário.

Nos valores referentes aos gastos podemos verificar redução da ordem de 44,5% para manutenção, e 29,7% para combustíveis, considerando que a expectativa de redução, em condições normais de funcionamento, seria de 2,5% a 5%.

Em 2020, o Poder Judiciário maranhense ainda adquiriu 30 veículos híbridos, de modo a substituir a frota de uso institucional visando menor consumo e minimização da emissão de gases poluentes.

No que se refere a variação dos valores referentes aos contratos de motoristas, este refere-se a variantes como repactuação contratual, convenções coletivas, diárias e outros custos, haja vista que não houve alteração na quantidade de motoristas contratados.

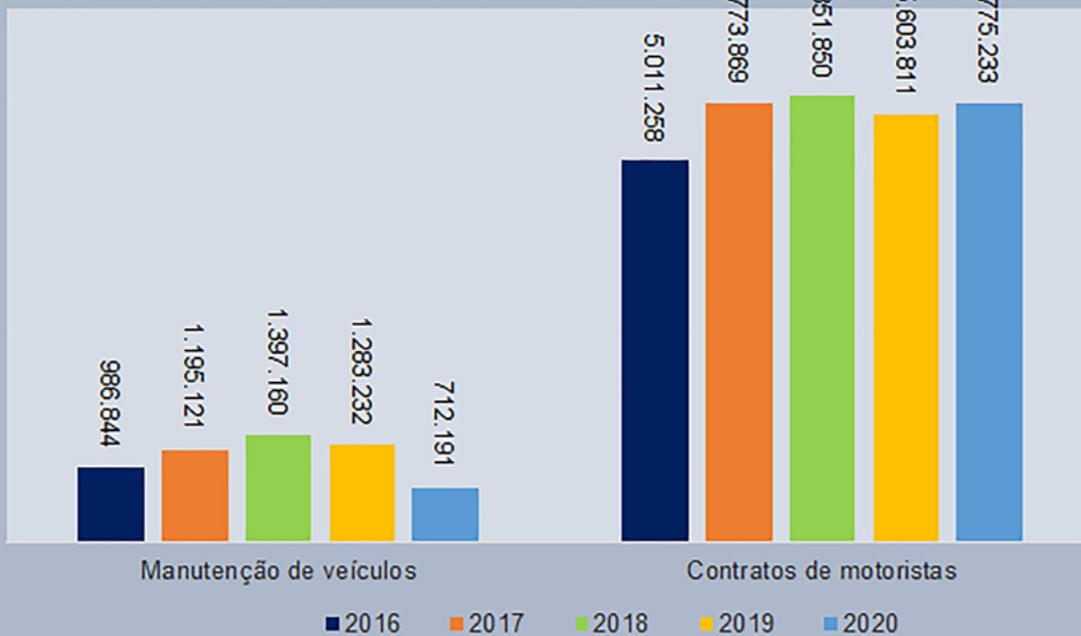
### CONSUMO por tipo de combustível (em litros) e QUILOMETRAGEM

Em 2020, foram utilizados 209 veículos para serviço e 33 para transporte de magistrado, dentre estes, 33 são veículos híbridos.

A frota teve aumento de 16,9%, quando comparada a 2019.

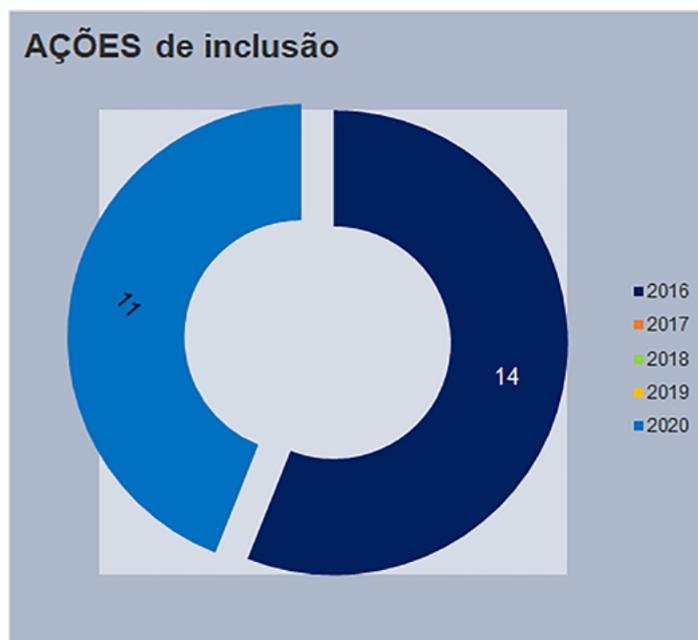
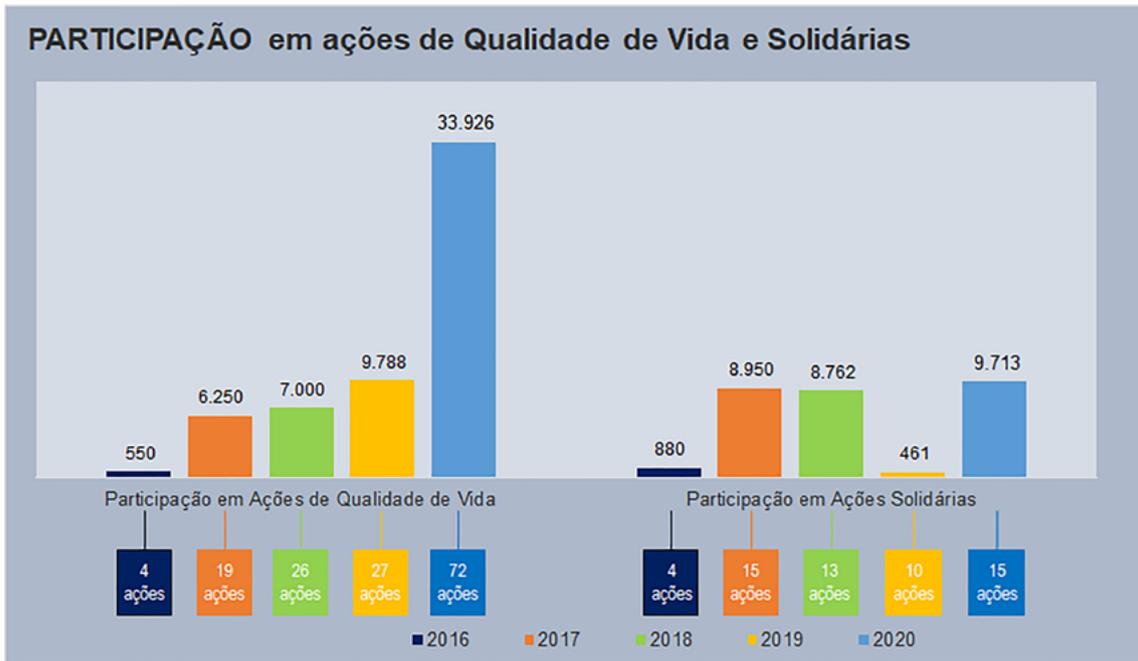


### GASTO com manutenção e contrato de motoristas em R\$



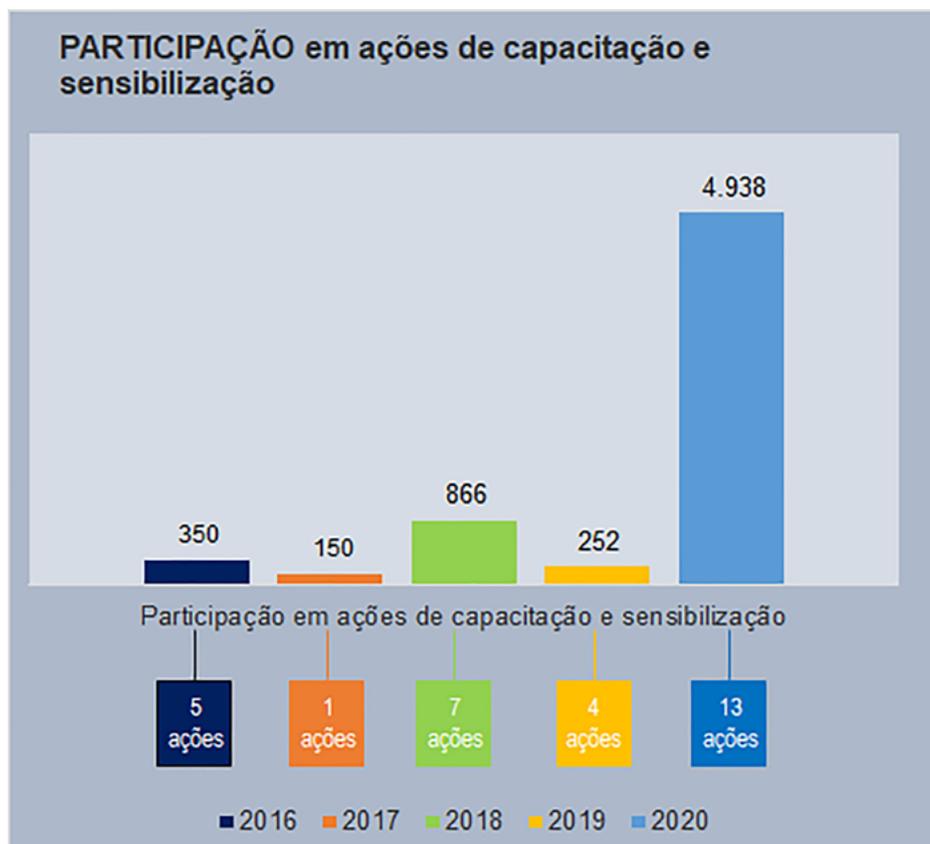


tal, com o objetivo de arrecadar máscaras reutilizáveis a serem doadas para as Casas da Criança e Abrigo, ambas mantidas pelo Poder Judiciário Maranhense. Foram 12.000 máscaras recebidas por meio de doações dos servidores, magistrados e outros órgãos, o que possibilitou o atendimento não somente das Casas, mas também de diversas associações, ONGs, entidades filantrópicas distribuídas no estado.



## 2.14 Capacitação socioambiental

Nesta categoria foram considerados cursos à distância, eventos e ações de sensibilização realizadas pelo Núcleo Socioambiental em conjunto com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) e outras parcerias. Enfatiza-se que devido a pandemia a maioria das ações foram ministradas nas plataformas digitais do Poder Judiciário maranhense, resultando em uma maior abrangência do corpo funcional (magistrados, servidores e terceirizado). Dentre os eventos, destacou-se a Semana do Meio Ambiente com a realização de cinco lives com temas variados sobre sustentabilidade. Foram quase cinco mil acessos e participações no Instagram.





### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório permite identificar os resultados obtidos ao longo dos anos de vigência do PLS do TJMA, demonstrando não só a economia acumulada nesse período, mas a mudança de paradigma de consumo e gastos graças ao esforço coletivo de todo o corpo funcional (magistrados, servidores e terceirizados), demonstrado através de várias ações e práticas socioambientais realizadas.

É inegável que a instituição do Plano, bem como o apoio da administração e engajamento da Comissão Gestora, Núcleo de Gestão Socioambiental e vários setores foram determinantes para o avanço da sustentabilidade no âmbito do Judiciário Estadual.

Entretanto, tendo em vista a defasagem de algumas metas estabelecidas no PLS e diante da impossibilidade de mensuração das mesmas, constata-se a necessidade de reformulação da metodologia e estratégias, a fim de otimizar a análise do desempenho do relatório e identificar possíveis melhorias, cujo processo de revisão já está em curso atualmente.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a experiência agregada neste percurso se tornou uma ferramenta imprescindível para o avanço da Política de Sustentabilidade do TJMA.

Ademais, 2020, tendo sido um ano marcado pela crise provocada pela Covid-19, onde a rotina das pessoas e instituições foram afetadas ao redor do mundo, também trouxe consigo uma série de desafios em relação a sustentabilidade, que impactaram no cumprimento de algumas ações, que tiveram de ser suspensas ou reformuladas.

Neste momento, diante das mudanças e da alteração das rotinas de trabalho, o Judiciário Maranhense busca fortalecer o seu compromisso com o meio ambiente, promovendo a responsabilidade socioambiental e priorizando a incorporação de medidas efetivas na área de sustentabilidade.



**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO



NÚCLEO  
SOCIOAMBIENTAL  
TJMA sustentável